

ENTRE A FORMAÇÃO EM SERVIÇO E A COBRANÇA POR AUTONOMIA PROFISSIONAL: FRAGILIDADES E REPERCUSSÕES NA FORMAÇÃO DO RESIDENTE

Residência em Saúde; Preceptorial; Formação Profissional em Saúde

Introdução

Instituída pela Lei nº 11.129/2005, a Residência Multiprofissional em Saúde constitui modalidade de pós-graduação lato sensu baseada na formação em serviço, orientada pelos princípios do SUS e voltada ao desenvolvimento progressivo de competências profissionais por meio da integração entre teoria, prática e preceptorial. Entretanto, fragilidades no processo formativo podem gerar uma discrepância entre a autonomia esperada do residente e o suporte pedagógico ofertado. Objetivou-se refletir sobre as repercussões dessa relação na formação do residente.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, construído a partir das vivências do cotidiano de uma residência multiprofissional em saúde. As reflexões decorreram da observação participante e de discussões entre residentes de diferentes programas, considerando a articulação entre formação em serviço e prática assistencial.

Resultados / Discussão

A experiência evidenciou limitações na preceptorial, caracterizadas por acompanhamento pedagógico pouco sistematizado, escassez de discussões clínicas e predomínio das demandas assistenciais sobre as atividades educativas. Nesse contexto, observou-se que o residente era progressivamente demandado a atuar com autonomia semelhante à de profissionais efetivos, embora sem acompanhamento compatível com sua condição formativa. Essa discrepância favoreceu a descaracterização da residência como espaço de aprendizagem, restringiu oportunidades de reflexão crítica, de prática baseada em evidências e de desenvolvimento gradual da autonomia profissional, aproximando a formação de uma lógica predominantemente produtivista.

Considerações Finais

A experiência reforça que a autonomia profissional deve ser construída de forma progressiva e sustentada por uma preceptorial qualificada, com planejamento pedagógico e estratégias de ensino que estimulem o protagonismo, a reflexão crítica e a integração entre teoria e prática. Fortalecer esses processos é essencial para preservar o caráter formativo da residência e qualificar a assistência prestada no SUS.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui a Residência em Área Profissional da Saúde e cria a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), entre outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.